

REVISITANDO O CONCEITO DE PODER À LUZ DA TEORIA DA COMPLEXIDADE¹

REVISITING THE CONCEPT OF POWER IN THE LIGHT OF THE COMPLEXITY PARADIGM

Alexandre Gueiros Teixeira

Tenente-Coronel do Exército Brasileiro
Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, Brasil
Comandante do 15.º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (Gr. General Sisson)
83750-000 Lapa, Paraná, Brasil
alex_gueiros@hotmail.com

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon

Coronel do Exército Brasileiro
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, Brasil
Comandante do 13.º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Regimento Anhanguera)
13631-040 Pirassununga, São Paulo, Brasil
Investigador do Laboratório de Estudos de Defesa do Estado-Maior do Exército (Brasileiro)
Investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar
1449-027 Lisboa
eduardomigon@gmail.com

Resumo

O presente artigo propõe-se a revisitar os fundamentos teóricos e conceituais do constructo *poder*, entendendo-o como elemento fundamental na Política. Partindo-se de referencial teórico da filosofia e ciência política, e tendo por base epistemológica o paradigma da complexidade, apresentou-se uma revisão dos pensamentos de Max Weber, Hannah Arendt e Michel Foucault, analisando-os, num primeiro momento, individualmente, para, após, identificar as dinâmicas entre si. Para atingir o objetivo proposto, a análise foi dividida em seis seções: introdução, discussão metodológica à luz das ciências militares, metodologia, as três perspectivas do *poder* selecionadas, discussão da teoria e conclusão. Ao longo da análise, procuraram-se respostas para as seguintes questões: o que é *poder*? Quem o detém? Por que meios é exercido? No final, ficou evidenciado o caráter complexo do objeto de estudo, e as suas matizes voláteis e relacionais que impactam diretamente as dinâmicas e os fenômenos políticos e militares.

Palavras-chave: Poder, Ciências Militares, Complexidade, Força, Consenso.

Como citar este artigo: Teixeira, A. e Migon, E., 2017. Revisitando o conceito de poder à luz da Teoria da Complexidade. *Revista de Ciências Militares*, novembro, V(2), pp. 173-192.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

¹ Artigo resultado de pesquisa conduzida no âmbito do doutoramento em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.

Abstract

The present article proposes to revisit the theoretical and conceptual foundations of the power construct, assuming it as a fundamental element in the Politics. Initially, it was presented a review of thoughts of Max Weber, Hannah Arendt and Michel Foucault. It was held based on the theoretical framework of philosophy and political science, and based on the epistemological basis of the complexity paradigm. First, the three scholars were analyzed separately, after what the dynamics between them where the main object of study. To reach the proposed goal, the analysis was divided into six sections: introduction, methodological discussion in light of the military sciences, methodology, and the three perspectives of the power, analysis and conclusion. Throughout the analysis, we sought the answers to the following questions: What is power? Who holds it? By what means is it exercised? In the end, the complex nature of the object of study, its volatile and relational nuances, which directly affect the dynamics and political and military phenomena, becomes evident.

Keywords: *Power, Military Science, Complexity, Strength, Consensus.*

Introdução

O vocábulo *poder*, indubitavelmente, consiste em verdadeiro “caleidoscópio conceitual”, por apresentar múltiplas aceções e matizes. O rol de possibilidades é tal, que o termo confunde-se com a própria existência da humanidade, coexistindo com a mitologia e a ciência, e despertando o interesse e a curiosidade em muitos. Permeia as dinâmicas sociais e, em alguns casos, como na Política, nas Ciências Militares e na Estratégia, consiste na origem das forças do complexo dinamismo estatal. Seu estudo e análise permitem uma melhor compreensão dos acontecimentos políticos do passado, da evolução dos fenômenos da Paz e da Guerra, e das assimetrias e volatilidades do sistema político do século XXI.

Por esta importância, da antiguidade aos tempos modernos, são muitos aqueles que procuraram compreendê-lo, defini-lo e exercê-lo, cada qual com a sua ótica, dentro da sua própria realidade histórico-cultural. Uns associam-no ao conflito; outros, à conjunção de vontades; alguns, à ação exclusiva do Estado; outros, a variados atores, ora considerando-o como fator de potência, ou seja, mera capacidade intrínseca, ora, como ação propriamente dita, dinâmica e objetiva.

Por esta razão, para discorrer sobre *poder*, torna-se necessário considerar múltiplas fontes, analisando as características e as peculiaridades das variadas correlações de força expostas em cada teoria. Sobretudo num mundo no qual a diversidade vigora, a relevância do *poder* e de sua correta análise, para cada contexto, é de extrema relevância.

O presente estudo, portanto, tem por motivação revisar os fundamentos conceituais e filosóficos do constructo *poder*, tendo por base de referencial teórico tradicional a filosofia e a ciência política. Norteado pelo paradigma da complexidade, apresenta-se uma revisão

dos pensamentos de Max Weber, Hannah Arendt e Michel Foucault, buscando-se analisá-los individualmente para, em seguida, identificar as dinâmicas entre cada teoria.

Para o desenvolvimento da proposta, foi adotada uma abordagem dividida em seis seções. Após esta introdução, segue-se uma breve discussão epistemológica, tendo por base a complexidade como paradigma balizador das análises. Na sequência, apresenta-se o caminho metodológico seguido, após o que, tem-se o estudo propriamente dito das perspectivas do *poder* dos três autores citados. Avançando-se, discute-se o referencial teórico apresentado, identificando-se as aproximações e afastamentos entre os conceitos analisados. Por fim, tecem-se considerações finais sobre a revisão apresentada.

1. Complexidade: novo paradigma para as ciências militares

A base epistemológica constitui-se como um alicerce fundamental, sob o qual se constrói determinado conhecimento científico. Trata-se de teoria validadora, entendida, também, como conjunto de crenças que norteiam as práticas, e cuja correta identificação é vital, pois impactam diretamente, mesmo que de forma subjetiva, o transcurso investigativo (Bachelard, 1973; Creswell, 2013).

Importante destacar que, a despeito das múltiplas interpretações possíveis, a realidade analisada é uma só. Diferentes pessoas acabam por interpretá-la de forma variada, agrupando percepções distintas, evidenciando uma pluralidade inerente ao sistema: existe um mundo único, mas diversas óticas de análise. O saber advém, portanto, de “caminho” específico a ser trilhado, por meio do qual o indivíduo procurará descrever, explicar, inter-relacionar e, até, prever os fenômenos objetos de análise.

Kuhn (1970) aponta para o caráter dinâmico do processo de aquisição do conhecimento e a sua prevalência sobre a estrutura lógica da pesquisa científica, negando que o progresso científico se dê por pura e simples acumulação. O autor introduziu o conceito de paradigma e, assim, reforçou a liberdade da procura pelo conhecimento, pelo qual cada disciplina científica é livre para encontrar soluções para os seus problemas por meio de pressupostos epistemológicos próprios, jargões específicos e experimentos comuns. Segundo ele, nas ciências humanas e sociais, inexistente um modelo único de paradigma de pesquisa.

As convicções existentes, antes da investigação propriamente dita, tornam-se, portanto, em pressupostos para que o processo científico avance. A escolha de determinado paradigma, de visão epistemológica específica, corresponde a uma maneira particular de ver o mundo e de praticar a ciência, e, nesse sentido, mostra-se fundamental, definindo problemas e a natureza das soluções aceitáveis a estes.

Esta adesão profunda à maneira de observar e investigar a natureza traz respostas a perguntas básicas como: Que entidades compõe o Universo? Como se comportam? Como se relacionam? A reflexão epistemológica auxilia o cientista a identificar onde deve procurar, o porquê e como fazê-lo. Assim, o conhecimento advirá dentre crenças e verdades justificadas sob fundamento lógico (Kuhn, 1970).

O presente estudo aproxima-se do prisma da complexidade, entendendo esta como uma visão epistêmica que desponta como meio alternativo de interpretação, auxiliando na redução dos desequilíbrios analíticos advindos da rigidez do empirismo positivista, marcado pelo domínio da abordagem quantitativa, pelo controle de variáveis, tudo sob o pressuposto da existência de relações naturalísticas de causa e efeito.

Segundo Guba (1990), no sentido oposto ao positivismo, identificam-se paradigmas com tendência para a procura por ambientes mais reais, em sua exposição não controlada, e o afastamento do rigor extremado com a quantificação, reforçando-se, dessa maneira, a riqueza qualitativa. A descoberta, juntamente com a verificação, passa a assumir papel relevante em um processo investigativo sequencial. A não-linearidade sobrepõe-se à linearidade na formulação do conhecimento, uma vez que se reconhece a falibilidade dos mecanismos de análise do pesquisador (sensitivos e cognitivos). Assim, resultados baseados no maior número possível de fontes (teorias, métodos, especialistas e dados) – e na triangulação destas – têm sua importância destacada.

Como compreender e justificar o colapso soviético, estruturado em quarenta anos de hegemonia sobre a Europa Oriental, em apenas alguns poucos meses? O que é de fato a mente humana, o cérebro com suas conexões infinitas produzindo sensações, memórias, consciência, pensamentos? Como se processa todo este mecanismo? Por fim, por que existe algo além do nada? O que governa a tendência inexorável de desordem e deterioração do Universo desde o *Big Bang*?

Waldrop (1992) afirma que todas estas questões possuem em comum a incerteza na procura por respostas, constituindo-se em sistemas complexos, ou seja, uma combinação de inúmeros agentes interagindo entre si de diferentes maneiras, conduzindo o conjunto a uma auto-organização espontânea. Tais grupos, buscando mutuamente acomodação e consistência, de alguma forma, transcendem sua própria essência, adquirindo propriedades coletivas, que jamais possuiriam individualmente. São, portanto, adaptativos, espontâneos, possuindo um dinamismo intrínseco, que os torna qualitativamente distintos de objetos estáticos.

A partir da não-linearidade deste novo paradigma, o todo, de fato, poderia efetivamente mostrar-se muito maior que a soma das partes. Por exemplo, o cérebro humano pode captar sons de distintos instrumentos de uma orquestra separadamente. Ao se somarem, o conjunto desencadeará reações em cadeia, que vão muito além da mera identificação de cada instrumento, produzindo emoções variadas e reativando memórias.

Na complexidade, portanto, tudo se encontra conectado e extremamente suscetível às mínimas variações. Pequenas perturbações e incertezas, podem, conforme determinado ambiente e circunstâncias, conduzir a elevado grau de imprevisibilidade e caos, seguido por processos de auto-organização. Tal ciclo promove a inovação e a adaptabilidade, tornando os sistemas mais flexíveis e evoluídos (Prigogine e Stengers, 1997).

A esta altura, surge a pergunta: diante de tamanhas incertezas, tantos padrões de transformações e redes de conexões possíveis, como prever algo? E se não se pode prever/

inferir algo concretamente, como o conhecimento procurado sob este paradigma pode ser considerado ciência? À luz do mecanicismo newtoniano, certamente a resposta seria “de maneira alguma!”. Waldrop (1992), porém, reforça que, a despeito de as predições serem sempre bem-vindas, a essência da ciência reside no esclarecimento, que desvenda os mecanismos fundamentais da natureza.

Outra importante característica dos sistemas complexos adaptativos, segundo Holland (1992), é sua estruturação por diversos níveis organizacionais, com agentes de um nível servindo de base para outros em níveis mais elevados. Indivíduos agrupam-se em bairros, que se agrupam em municípios, e assim por diante, até se chegar a uma intrincada rede social, cultural e política entre Estados. O autor complementa, reforçando os conceitos de Prigogine e Stengers, e afirma que tais sistemas estão constantemente revisando e reordenando sua composição, de acordo com a evolução de sua experiência. Exemplo prático são os países que revisarão alianças e acordos, procurando adaptar-se e evoluir de acordo com o momento vigente, antecipando-se a possíveis cenários futuros.

A realidade do século XXI, a conceção dos fenómenos, internos e externos, e o seu inter-relacionamento no contexto global, parece encaixar-se a este paradigma. A evolução tecnológica sem precedentes, a ascensão de novos atores no sistema internacional (tradicionais e não tradicionais), o enfraquecimento do Estado (ou não), a multiplicação de ilícitos transnacionais, a crescente assimetria socioeconómica, as questões ambientais e seus reflexos, tudo enquadra-se no cenário do pós-Guerra Fria, consequências, diretas ou não, do processo de globalização.

Na prática, tem-se que as relações sociais contemporâneas, quer entre indivíduos, quer entre Estados, quer entre estes reciprocamente, moldam-se aos conceitos da Teoria da Complexidade, pelo que se sugere quanto à utilidade de aplicação da mesma para o estudo tanto da conformação do sistema internacional como dos cenários intraestatais, nos quais a incerteza e a volatilidade conjuntural passaram a despontar como característica marcante.

As ciências militares, no geral, e especialmente os Estudos de S&D do século XXI, norteados pelo pensamento de Kuhn e pela defesa da não-linearidade da interação entre variáveis, demandam paradigma² de pesquisa que permita melhor representar a complexidade inerente ao processo de interação entre os atores globais.

No passado, o objetivo dos comandantes e estrategos era preservar, ao máximo, a ordem, a organização e a coerência de emprego durante o caos estabelecido no campo de batalha. Keegan (1976) observa que os treinos militares, reduzindo as ações de combate a um conjunto de regras e procedimentos, visavam tão-somente impor uma ordem sobre o caos.

Hoje, nenhuma resposta automática e predeterminada prevalecerá num mundo marcado pela incerteza e dinamismo. Entende-se que as estratégias e os planeamentos do presente,

² Para considerações adicionais acerca da complexidade como paradigma das Ciências Militares e Estudos de Defesa ver Ferreira *et Migon* (2015) e Migon (2013), contribuições a partir das quais é possível se extrair uma longa lista de referências associadas ao assunto.

incorporando os aspetos da não-linearidade, ao invés de tentar impor e manter a ordem, devem entender cada peça do campo de batalha como organismos vivos, nunca em estado pleno de equilíbrio, mas em constante adaptação ao ambiente operacional (Bousquet, 2008).

A adoção da complexidade como base epistemológica da presente análise vai ao encontro do objeto de estudo: *o poder* do Estado. Por um lado, assume-se que *poder* é tanto um constructo quanto um elemento relacional, isto é, dependente da existência de duas ou mais entidades para existir, necessitando de abordagem multidisciplinar.

O que é *poder*? De que maneira se decompõe? Como se manifesta? Ao se procurarem as respostas a tais questões, fica patente a necessidade de se analisar o problema sob um foco não-linear, que tente captar o ajustamento do objeto de investigação à realidade do presente, ou seja, sua adaptabilidade e evolução ante o caos e desordem do sistema.

Da mesma forma, ao se refazerem as mesmas indagações concernentes ao conceito de Estado, notar-se-á uma imensa riqueza de complexas interações, endógenas e exógenas, que se adaptam e evoluem, conforme uma escala assimétrica no espaço/tempo internacional.

Optou-se, portanto, por um paradigma que priorize uma visão acadêmica plural nos processos de aquisição cognitiva, de maneira a atender às demandas da atual visão de mundo que se descortina.

2. Considerações metodológicas

Uma vez apresentada a visão epistemológica que norteou a presente investigação, torna-se necessário discorrer um pouco acerca da maneira como o problema foi abordado, bem como o caminho (ou a forma) pelo qual se procuraram as respostas.

Trata-se de estudo qualitativo, baseado na interpretação e compreensão do objeto de pesquisa *poder*, sempre com a finalidade de explicá-lo enquanto fenómeno de destaque nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais Aplicadas. Para tanto, o trabalho consistiu fundamentalmente em pesquisa bibliográfica, cujo principal interesse foi descrever visões distintas acerca do tema, para posterior interpretação e compreensão segundo contexto específico (Quezada, 1997).

Segundo Erickson (1976), o ponto forte da pesquisa qualitativa reside em imprimir relevância funcional a questões chave de carácter subjetivo, situando-as (e inter-relacionando-as) dentro de contexto social amplo e abstrato. Não existe uma realidade única e incontestada, mas aquela que se explicita no decorrer da investigação, segundo a própria ótica e experiência subjetiva do autor. Portanto, as ideias aqui apresentadas não se constituem em premissas únicas e irrefutáveis, mas visam, tão-somente, ampliar o espectro das discussões sobre *poder*.

Tendo por base as dinâmicas (endógenas e exógenas) que regem os Estados, e, conseqüentemente, sua capacidade efetiva de ação, o conceito de *poder* desponta como ponto focal da análise, consubstanciando-se em ponto de partida à definição do problema de pesquisa, linha-mestra das etapas posteriores.

Sua complexidade é evidente, existindo grande variedade de percepções acerca da sua natureza, dos seus pressupostos e das suas interações. Trata-se de um fenômeno fluído e dinâmico, que nos leva às seguintes questões: O que é *poder*? Como se explicita? No que se funda?

Diante da evidência deste problema, tomou-se por objetivo geral a realização de um estudo comparativo entre distintas visões acerca do objeto de investigação. Surge, neste ponto, uma importante questão metodológica: diante de imensa multiplicidade de teorias e autores que estudam o fenômeno do *poder*, quais aqueles a serem destacados para a pretensa discussão?

Optou-se, inicialmente, de entre aqueles que discorreram sobre o *poder*, pelo universo de autores considerados *clássicos*³ à Filosofia e Ciência Política. A partir daí, procurou-se selecionar os que possuísem visões antagônicas, de forma a imprimir maior amplitude à discussão. Nesse sentido, elencaram-se as concorrentes de pensamento de Max Weber e Hannah Arendt, consagradas e hegemônicas cada qual em sua linha teórica.

O primeiro alinha-se ao pessimismo de Hobbes, tendo por base a máxima da “guerra de todos contra todos” (Hobbes, 1974), associando *poder* à violência. A segunda, por outro lado, pauta a sua teoria a partir do otimismo kantiano da “paz perpétua”, considerando que os seres-humanos são capazes não apenas de agir, mas também de se unirem uns aos outros para “gerar” *poder* a partir do consenso.

Foucault encerra o rol dos autores escolhidos, trazendo uma terceira dimensão ao estudo. Entendeu-se que mais um “eixo” de investigação enriqueceria a discussão, uma vez que se afastaria a linearidade binária de ideias opostas para um sistema tridimensional, com maiores possibilidades de comparações e análises. A inclusão deste autor francês deveu-se, dentre outros fatores, à sua perspectiva única e holística acerca do objeto de estudo, distanciando-se da tradicional associação *poder* x Estado (público).

No que concerne à escolha das obras, tem-se que nenhum dos autores selecionados apresentou o seu conceito de *poder* (ou esgotou a questão) em um compêndio específico. Ao contrário, o tópico surge, ora de forma explícita, ora subjacente, ao longo da vasta produção científica de cada um. Sendo assim, esta revisão procurou destacar os principais aspectos de suas teorias a partir de publicações diversas, não se atendo a nenhum trabalho em particular.

Por fim, adotou-se um desenho de pesquisa que permitisse atender aos seguintes objetivos específicos: (i) apresentar as principais características do conceito weberiano de *poder*; (ii) apresentar as principais características do conceito arendtiano de *poder*; (iii) apresentar as principais características do conceito foucaultiano de *poder*; (iv) analisar comparativamente as três teorias, destacando as suas aproximações e os seus afastamentos.

³ Para definição de *clássico*, consideraram-se aqueles autores cuja obra e pensamento revestem-se de caráter atemporal e universalista. Aqueles que, mesmo tendo suas reflexões datadas em passado longínquo, comunicam-se com o presente de forma criativa e singular, permanecendo sempre atuais e sustentados por premissas sólidas e verdadeiras (Max, 1978; Calvino, 2007; Heidegger, 2007).

3. O Poder

3.1 O Poder em Arendt

O estudo do *poder* destaca-se como temática central no pensamento de Hannah Arendt, caracterizando-se, de maneira geral, pela notória crítica à tradição política ocidental. A reflexão do tema surge, principalmente, como resultado das questões advindas da experiência totalitária⁴, pelos quais a autora procura compreender e entender os acontecimentos que não se explicavam mais pela linha mestra do pensamento político tradicional.

Segundo Arendt (2006), a ideia do comum, da ação compartilhada, assume um papel basilar no exercício pleno e legítimo da política, consubstanciando-se como um dos *elementos gênese* do *poder*. O espaço público, portanto, é tido como o *locus* efetivo da democracia participativa, da liberdade, da ética e da transparência, pois é nele que o *poder* é exercido, não como uma qualidade individual, mas por meio da ação coletiva.

Defende-se o respeito aos espaços de livre-circulação, onde os homens possam sentir-se amparados pela presença dos iguais e, também, dos diferentes. Nesse ambiente, a qualidade da organização da vida comum passa a ter mais valor do que a eficácia dos aparelhos burocráticos do Estado.

Para a autora, o espaço público, origem e sustentáculo do *poder*, não se deve burocratizar e nem enrijecer a despeito do bem-comum. Ao contrário, necessita procurar uma adequada separação entre liberdade e soberania. Fica assim evidenciada a importância do Estado-Nação flexível, que se afasta do ideal de ação ilimitada e soberana do Estado como instância legítima e uníssona das iniciativas públicas (Arendt, 1970; 2006).

A tradição greco-romana é tida como referência, na qual *poder* relaciona-se a consentimento e não à violência. Seja nas Cidades-Estado gregas ou na Roma antiga, a ideia de *poder* vinculava-se à obediência às normas coletivas. O que se procurava era o apoio às leis, cujo consentimento havia sido dado pelo povo, ou seja, pelo conjunto, legitimando a ação política no espaço público (Arendt e Kohn, 2008).

Ao inter-relacionar *poder* e bem-comum, Arendt firmava a teoria de que o primeiro se legitima por meio do contínuo consentimento de todos ao “momento fundacional” de uma certa comunidade. O *poder* emerge a partir da gênese das leis consentidas, que servem de sólido fundamento à manutenção das instituições. Para a autora, “a forma extrema de *poder* é o ‘todos contra um’, a forma extrema da violência é o ‘um contra todos” (Arendt, 2001, p.35).

Neste ponto, fica patente a necessidade de aprofundamento e clarificação conceitual das diferenças entre *poder*, *vigor*, *força*, *violência* e *autoridade*.

O *poder*, conforme já mencionado anteriormente, advém da capacidade para agir concertadamente, a partir de uma base legal, estabelecida e ratificada por toda a

⁴ A experiência de Arendt com os campos de concentração e demais arbitrariedades da Alemanha Nazista influenciaram de maneira estrutural o pensamento e a obra da autora. Em *Origens do totalitarismo* (1990), a autora explicita a emergência de nova modalidade de controle e dominação, crivada pela lógica da violência, da guerra e da morte. O governo totalitário conduz a uma alteração da essência política propriamente dita, uma vez que abandona a ideia do comum, o agir compartilhado entre os homens, evidenciando uma clara distensão entre ética e política.

coletividade. Ele nunca será exercido por um indivíduo, mas emanará de um grupo, enquanto perdurarem as razões que o mantêm unido; ou seja, o poder “nasce” a partir da formação de uma certa coletividade e “morre” com o seu desaparecimento, reforçando a tese de que está fortemente ligado ao momento da fundação. Dizer que “alguém” está no *poder* implica dizer que foi empossado pela comunidade para atuar em seu nome, enquanto perdurar o interesse do grupo, não se tratando de um fenômeno meramente estrutural, relacionado com a posse de recursos e/ou capacidades.

A partir desta definição, nota-se claramente a distinção entre *poder* e *vigor*. Ao contrário da essência coletiva do primeiro, *vigor*, segundo a ótica da autora (Arendt, 2001, p.37), explicita individualismo e realidade apolítica, constituindo-se como um atributo afeto a uma pessoa ou a uma coisa, que pode ou não ser empregado na relação com outros indivíduos. O que ocorre, normalmente, é que o *poder* se levanta contra o *vigor* do mais forte, contra a sua propriedade individualista.

No caso da *força*, não se trata de sinónimo de violência, mas da energia advinda dos movimentos físicos e sociais, dos seus impactos sobre uma certa sociedade, sobre o *poder* daquele grupo. Observa-se aqui uma nítida diferença entre *força* e *violência*. Esta última, por sua vez, vinculada à coação, relacionada à ação agressiva sobre outrem e identificada com o ato de “matar” e “violar”. Não diz respeito a qualquer ato coativo, mas aos que agem sobre o corpo físico do oponente, no caso das relações sociais.

Por fim, o conceito de *autoridade* surge como um dos mais suscetíveis a interpretações erróneas, fruto do seu viés aparentemente paradoxal. Se, por um lado, não se pode falar em persuasão, por tratar-se de relacionamento hierarquizado, por outro, tem-se o respeito e o consenso como fundamentos da relação de mando-obediência, e não a violência (Arendt, 1963; 2002).

No modelo arendtiano, o binómio *poder-autoridade* desempenha um papel cíclico e fundamental para o exercício do *poder*. Se retirarmos o hidrogénio da molécula de água, esta perderá a sua característica, deixando de existir como tal. Da mesma forma, o *poder* só será exercido por meio da *autoridade*. Mas como se dá esta relação?

Como supradito, o *poder* emerge do concerto do grupo, da ação coletiva, da troca de opiniões plurais e igualitárias, estabelecendo um marco fundacional, que acaba por tornar-se o legitimador das ações subsequentes. Isto é, as normas e regras são definidas e aceites no momento inicial de concertação, dentro das quais a autoridade será reconhecida e exercida.

Sobre tal aspeto, Lafer (2002, p.24) afirma: “o princípio (início) da ação conjunta estabelece os princípios (preceitos) que inspiram os feitos e acontecimentos da ação futura”. Para Arendt (1981, pp. 212-213), o *poder* pode ser considerado um “momento fugaz”, que não garante, por si só, a perenidade da comunidade política. Mas é a *autoridade* que permitirá o prosseguimento cronológico ao ato de obediência e o respeito às normas pré-estabelecidas, firmando-se como a institucionalização do *poder* (Arendt, 2002).

Em síntese, a construção conceitual de Arendt acerca do *poder* procurará refutar o elo estabelecido pelo pensamento político tradicional entre *poder x violência*, contrapondo o

binómio *poder x consenso*: “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (Arendt, 2001, p. 44). A substituição do *poder* pela *violência*, talvez, pode até conduzir à vitória, mas sob alto custo, a ser “pago” tanto pelo vencido quanto pelo vencedor, em termos de seu próprio *poder* (Arendt, 1970). O *poder* arendtiano relaciona-se, dessa forma, à legitimidade, à autoridade, potência e constituição política, advinda do espaço público.

3.2 O Poder em Weber

Max Weber desenvolveu uma das teorias mais consagradas acerca do *poder*, evidenciando o seu caráter multidimensional. Como teórico político representante da tradição clássica, entendia *poder* como uma relação de mando e obediência, como uma ação estratégica de determinado agente, que visa a empregar, com máxima eficiência, os meios disponíveis para atingir o fim desejado: fazer valer as suas vontades e as suas intenções.

Tem-se, então, um processo peculiar ao pensamento weberiano, no qual determinado grupo, originariamente fundado na tradição e nos sentimentos subjetivos (afetivos ou tradicionais), transforma-se num organismo balizado pelo cálculo compensatório de ações e pela objetividade racional.

Da racionalização e do cálculo estratégico para se impor a vontade de A a B, ou seja, para A exercer *poder* sobre B, surge um conceito central na teoria de Weber: DOMINAÇÃO, que seria toda a probabilidade de um mandato obter obediência entre interlocutores. Assim, o *domínio* conduz ao *poder*, manifestando-se de diferentes maneiras: seja pelo sucesso de um indivíduo em fazer triunfar os seus interesses contra as resistências; seja pela oportunidade de encontrar aqueles dispostos a obedecer ao que lhes é imposto (Weber, 1978).

Em Weber (1983), o processo de racionalização conduz a um Estado forte, soberano nas suas ações, que exerce o *poder* calcado no *domínio*. Para tanto, usa-se de estruturas burocráticas robustas, marcadas por um sólido ordenamento jurídico, administrativo e militar, e pelo monopólio do *poder* sobre todos os que nasceram naquela comunidade, ou que se encontram nas fronteiras do território.

A consolidação dos interesses estatais - seja no plano interno, seja no externo - dar-se-ia, portanto, sempre, sob matizes de violência e conflito. A *força* seria a base para a manutenção do Estado, e sem ela, as estruturas sociais perder-se-iam ante a “anarquia”. A violência, apesar de não ser o único instrumento de que se vale o Estado, é-lhe específico, constitui o seu “monopólio”, e o *poder*, *por meio dela*, efetiva-se dentro dos limites de um determinado espaço. Em Weber, a violência é “legítima”, não por mera suposição, mas assim “considerada”, efetivamente, por todos aqueles que se submetem à autoridade do Estado Moderno (Weber, 1979).

O elemento central do *poder* weberiano é, portanto, caracterizado pela conjugação da imposição da vontade com resistência, gerando o conflito. A superação desta é a evidência empírica do *poder* de fato, que, semanticamente, acaba por se equivaler (e complementar)

ao conceito de *luta*. Sobre isto Weber (1978, p. 31) afirma que “uma relação social é de *luta* quando a ação se orienta pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência de outras das partes. É por intermédio da *luta* que o *poder* se torna efetivo, reforçando seu caráter relacional.”

Há que recordar que tal *luta* pode ser pacífica, sem a manifestação de nenhum tipo de violência física efetiva. É fato que a *luta* poderá redundar em violência, mas não existe vínculo necessário entre elas. Assim, o que caracteriza a *luta*, isto é, o exercício do *poder*, não é o meio utilizado, mas a natureza de conflito imanente. Autores da tradição política⁵ corroboram o pensamento de Weber, considerando que a maioria das relações de *poder* baseiam-se numa antecipação, por parte de B, de possíveis ações negativas que poderia sofrer, caso contrariasse os interesses e vontade de A⁶.

Outro aspeto importante no estudo do *poder*, em Max Weber, é a sua abordagem multidimensional. Para o autor, o *poder* pode ser visto como uma força que, num processo continuado, estabelece relações e alianças com outras forças históricas e valores, fazendo emergir um conflito multiespectral presente na sociedade contemporânea (Weber, 1979).

Na sua teoria das esferas da vida social, o autor identifica seis diferentes domínios (esferas sociais), considerados por ele como as formas mais racionais da realidade. São estes: a religião, o erotismo, a economia, a política, a estética e o conhecimento científico.

Cada esfera possui as suas próprias regras, valores e lógica cultural, com as quais molda a sua realidade. Se consideradas isoladamente, o resultado social seria de normalidade, com apenas uma ou outra divergência. Porém, na prática, apesar de autónomas, não são independentes, interagindo entre si, normalmente de forma conflituosa.

Por exemplo, religião e conhecimento científico podem chocar-se, assim como política e economia; erotismo e religião. Enquanto violência e *poder* circulam pela esfera política, a da religião rejeita-as, impondo fraternidade e amor ao próximo como valores absolutos.

Da tentativa de equacionar esferas e valores incongruentes, o conflito explicita-se por meio de tensões entre grupos sociais e forças históricas, ou, até mesmo, de dilemas a serem enfrentados pelos próprios indivíduos. Evidencia-se, de forma clara, a multidimensionalidade da conformação do *poder* e a condição de hostilidade sempre presente.

Para Weber (1979), o advento da modernidade ampliou o conflito inerente às dinâmicas da vida social. A despeito de ações e convicções que individualmente se possa ter, o conflito e a culpa sempre estarão presentes.

Na prática, o autor compara a racionalidade das ações do político moderno com a fraternidade prevista no “Sermão da montanha”. Enquanto Cristo pede para que seja dada a outra face, quando se é agredido de um lado, e que se “reparta o pão” e sejam

⁵ Como exemplo, identificam-se Bachrach e Baratz (1962; 1963), e Dahl (1957).

⁶ Referência à definição de Robert Dahl (1957, pp.202-203): “A tem poder sobre B na medida em que ele consegue fazer com que B faça algo que B de outro modo não faria” (tradução nossa). Para os autores, um elemento central das relações de poder é o cálculo que gera expectativas com base nas quais os atores agem.

compartilhados os bens individuais com o próximo, o líder político, pelo contrário, socorre-se da força militar como resposta às ameaças que se apresentem contra os seus recursos e pessoas.

Na perspectiva de Weber, o *poder* emerge do conflito inerente ao próprio dinamismo da vida em sociedade. Os homens, e a humanidade como um todo, pautam as suas ações por seus interesses, não por ideais. Na política, a “ética da responsabilidade” sobrepõe-se à “ética da convicção”, tornando o conflito inevitável. A *luta*, seguida de *dominação*, chancela o pleno e efetivo exercício do *poder*.

3.3 O Poder em Foucault

O filósofo francês Michel Foucault, nas suas críticas à teoria política moderna, procurou empreender uma análise diferenciada do fenómeno *poder*, ao qual atribuiu um carácter mais abrangente e complexo, ampliando os limites teóricos e as discussões acerca do tema.

Ao invés de colocar como objeto central o fato de que alguns indivíduos (ou grupos) possuem um *poder*, que a outros falta, dever-se-ia focar nos instrumentos, estratégias e técnicas que afetam o fenómeno da submissão nas sociedades contemporâneas. Ele abandonou a crença no *equilíbrio do poder* e afastou-se do culto à autonomia do indivíduo, concentrando-se nos mecanismos que afetam a regularização dos corpos, da conduta e da vida (Foucault, 2003; 2010; 2013).

A despeito da variedade metodológica e temática do autor, *poder* em Foucault pode ser analisado sob uma linha mestra de pensamento, descrita como *princípio da ubiquidade do poder*. Trata-se de ótica universalista, que aponta, dentre outras coisas, para uma característica marcante do constructo: o dinamismo relacional.

Poder não se exerce diretamente – nem de imediato – sobre outros, mas age sobre as suas ações, só se manifestando após o início de um processo cinético. Não *há*, portanto, que falar em *o poder*, mas sim em *relações de poder*, que não se originam num ponto focal, do centro, mas a partir de um verdadeiro emaranhado de forças em constante mutação. Segundo o filósofo francês, “*o poder está em todos os lugares*”, não porque abarca todas as coisas, mas porque advém de “*todas de as partes*” (Foucault, 1998, p.93; 1982; 2013).

O *poder* em Foucault ultrapassa barreiras espaciais e temporais, podendo ser considerado um princípio fundamental para a vida em sociedade. Para ele, a humanidade não evolui rumo a um estado de direito, que substituiria as guerras. Ao contrário, estabelece um sistema de regras pautado no conflito, seguindo de “*dominação em dominação*” (Foucault, 1977, p.151).

Surge, neste ponto, outro componente da “*equação do poder*”, o *conflito*, considerado pelo autor como “*pedra fundamental*” das interações sociais e políticas na história da humanidade. Importante destacar a distinção entre *conflito* e *violência*. O primeiro remete para o choque entre forças ou interesses antagónicos, tratando-se de algo no campo abstrato. O segundo, por sua vez, aponta para a ação real e efetiva sobre um corpo ou

objeto, para dobrá-lo, forçá-lo ou destruí-lo. Para Foucault, a *violência* plena anula o *conflito*, extinguindo o exercício do *poder*.

Para melhor compreender o fenômeno do *conflito* e do seu papel nas relações de *poder*, o autor propõe o estudo das *resistências*. Torna-se *mister* o reconhecimento (pleno e contínuo) da capacidade de ação (e reação) daquele sobre quem se exerce o *poder*, e a consciência de que, uma vez iniciada aquela relação, *os resultados possíveis são inúmeros e aleatórios*.

O *poder* exerce-se apenas sobre indivíduos ou grupos livres. No coração das *relações de poder*, diante das inúmeras e complexas possibilidades de combinações comportamentais possíveis, encontra-se presente uma certa insubordinação e obstinação, motivadas pelos princípios de liberdade.

O problema crucial do estudo do *poder* não reside, portanto, na servidão voluntária, mas no conflito permanente (e paradoxal) da vontade recalcitrante e intransigente da liberdade, que se levanta contra à *relação de poder* estabelecida. Esta não existiria sem as insubordinações, sem as tentativas de se escapar da influência deste *poder*, e, até mesmo, de “virar o jogo”.

Ao destacar a relevância do *conflito* para o “ADN” do *poder*, Foucault, no entanto, não exclui o *consenso*. Tanto um como o outro acabam por se constituir num instrumento (causa) e num resultado (consequência), confirmando a essência dinâmica e complexa do *poder*, que se renova e se adapta, independentemente de cada um desses fatores.

Percebe-se que as *relações de poder* dão-se de uma forma transversal, não estando limitadas a esta ou aquela classe, a este ou aquele grupo social, país ou governo. A *resistência* aos efeitos do *poder* – o conflito inerente ao processo – será sempre omnidirecional (Foucault, 1982).

O autor prossegue, destacando que o *poder* incita, seduz, dificulta, sempre atuando de forma cinética. O seu exercício consiste em conduzir um processo voltado à obtenção de resultados específicos, envolvendo não apenas estruturas políticas oficiais, mas um amplo campo de possíveis vetores. Um tentará impor limites às ações do outro, não se tratando, simplesmente, de um jogo de soma-zero.

Sob esta ótica, pode-se afirmar que o exercício do *poder* corresponde também a um cálculo estratégico, tendo sempre em mente a efetividade dos instrumentos empregados em relação aos possíveis custos. Não se trata de um facto consumado, estanque, nem tão pouco de um direito institucional, mas opera por meio de processos dinâmicos, ajustáveis à cada conjuntura específica.

Conclui-se, por fim, que o *poder* em Foucault atinge uma amplitude máxima de atuação. Conforme o autor, “it seems [...] power is ‘always already there, that one is never ‘outside’ it”⁷ (Foucault, 1980, p.141).

⁷ “Parece que [...] o poder sempre está presente, aquele (o indivíduo) nunca está ‘fora’ dele” (tradução nossa).

Não se trata de algo estático, isolado, mas de um complexo conjunto de relações, profundamente arraigadas no *nexus* social, perpassando o nível estatal até atingir as disparidades individuais, seus múltiplos interesses e reações. Por isso, devem ser entendidas com base na evolução histórica de determinada sociedade, sob o perfeito entendimento das origens de sua força ou fragilidade.

4. Discussão da teoria

As discussões acerca do constructo *poder* evidenciam, conforme estudado, múltiplas óticas de interpretação e análise. De cada um dos autores, extraem-se modelos teórico-conceituais distintos, que servirão de base para uma melhor compreensão do fenómeno à luz da complexidade.

As análises de Arendt, Weber e Foucault, cada qual com nítidos pontos de aproximação e afastamento entre si, ratificam o entendimento de *poder* como uma conjugação não-linear de fatores e subfactores, que se conformam e que procuram o equilíbrio num meio de incerteza e de volatilidade situacional. Mas afinal, quem detém o *poder*? Qual a sua origem e a sua fonte?

Em Arendt, tem-se o “consenso” como o grande “epicentro” do *poder*. É, portanto, o GRUPO (de indivíduos, de entidades, órgãos, Estados, etc.) aquele que efetivamente o possui.

No plano interno, o apoio “do povo” enfatiza a sua elevada capacidade para gerar *poder*, mesmo em países totalitários. Massas, unidas pelo descontentamento contra o *status quo*, imprimem dinâmicas sociopolíticas próprias e, por meio de ondas de protestos e revoltas, acabam por impactar e alterar cenários tradicionais.

Questões socioeconómicas como o desemprego, a qualidade de vida, a segurança pública, os direitos humanos, entre outras, passam, mesmo que de forma indireta, a oporem-se aos tradicionais aspetos de “força” e “vigor”, seja de carácter militar, económico ou político. Segundo a visão arendtiana, o aparato militar e a repressão política dos regimes totalitários não são capazes de conformar o poder de forma perene e legítima, como o consenso coletivo.

No plano externo, o pensamento de Arendt acerca do “consenso”, formador e legitimador do *poder* de um Estado, reforça-se ante a teoria do “*poder* estrutural de rede” (Kim, 2010). Segundo o autor, trata-se de um novo foco nas discussões relativas à construção do *poder*, diretamente relacionado com a capacidade de um certo Estado para ascender de posição na estrutura internacional, fruto das suas conexões e das redes a que pertence.

Países de maior centralidade, ou seja, aqueles com o maior número de conexões no sistema internacional, seriam, essencialmente, os mais poderosos, seja pela sua capacidade para influenciar outros agentes, seja pela possibilidade de controlar uma maior quantidade de recursos disponíveis em toda a rede. Por exemplo, países com maior participação em organismos multilaterais, com elevada capacidade de atração (*soft power*), seriam, portanto, os de maior centralidade, aqueles detentores de maior *poder*.

Já em Weber, ao invés do “consenso” arendtiano, o *poder* explicita-se pela dominação exercida no ambiente conflituoso. A “fonte de *poder*” não é coletiva, mas singular e unidirecional, não importando o interesse do grupo, mas apenas a vontade e o cálculo racional do ator.

Tanto no campo interno como no externo, a racionalidade estratégica conduz a um acumular de capacidades e ao (re)ordenamento estrutural necessários para que se estabeleçam os devidos meios de coerção. Como explicar as intervenções (militares ou não) de certos Estados, ou grupos de Estados, em questões internas de terceiros? Por que razão certos atores optam pela demonstração ou imposição da força, ao invés da cooperação e do diálogo? Como entender censuras e controles internos impostos por certos governos? Qual o interesse de determinados Estados relativamente a territórios de localização estratégica ou ricos em matérias-primas?

Endogenamente, o “*poder do povo*” estará limitado pelo rigor burocrático do Estado forte. Exogenamente, prevalecerá o acumular de força *stricto sensu*, ou seja, o *vigor* do agente. A visão weberiana de *poder* evidencia, portanto, de forma explícita, o pensamento da *Raison d’Etat*⁸ francesa, onde os fins justificam os meios, importando sobremaneira o acumular/desenvolvimento de capacidades, indispensáveis para a prevalência do interesse de A ante o conflito com B.

Ao passo que Arendt, inspirada pelo *imperativo categórico*⁹ kantiano, funda o seu pensamento na liberdade e na ética do espaço público. O pensamento weberiano estrutura-se a partir da visão pessimista de Hobbes, segundo a qual todos os homens são inimigos entre si, conduzindo-se constantemente em meio à luta e ao caos pela sobrevivência e reconhecimento no *mundo natural*.

Em Weber, a autoridade de A em relação a B (ou C, ou D, ou ambos, etc.), ou seja, a legitimação de seu *poder*, não se dá pelo concerto entre as partes (visão arendtiana), mas pela capacidade de coerção, pelos meios de que se dispõe para fazer valer os seus interesses, segundo a análise estratégica e racional.

Por outro lado, em Foucault, tem-se o caráter omnipresente do *poder*. A sua gênese não está meramente no consenso coletivo, tão-pouco nas capacidades individuais de A ou B. Está em tudo, emergindo como resultante de processo – dinâmico e aleatório –, de interação de forças e de vontades diversas. Na teoria do autor francês, o constructo analisado atinge o máximo do seu viés relacional.

Em comparação com os conceitos da física moderna, o *poder*, segundo Foucault, equivaleria, grosso modo, aos postulados acerca da energia. Segundo a Teoria da

⁸ Razão do Estado (tradução do autor): conceito criado por Richelieu, em substituição aos valores morais e universais da Idade Média, segundo o qual, para se promover o bem-estar do Estado, quaisquer meios eram válidos (Bobbio, 1986; Kissinger, 1994; Blanchard, 2011).

⁹ Teoria desenvolvida por Emmanuel Kant, segunda a qual há uma obrigação moral geral e única, que explica e norteia todas as demais. Trata-se de dever incondicional ou obrigação, independentemente de vontade ou desejos pessoais (Kant, 1997).

Relatividade de Einstein, um corpo parado, e não submetido a força alguma, já possui uma energia intrínseca pelo simples fato de possuir massa. A relação energia x massa altera-se conforme varia a velocidade, e, segundo a famosa fórmula¹⁰ $E=MC^2$ (Einstein e Minkowski, 1983), quanto maior a velocidade, maior a energia libertada.

Cada ator possui características e capacidades próprias, uma espécie de *poder* “potencial”, latente, que se explicitará à medida que avança a dinâmica entre os agentes. Como a energia, o *poder* está presente em todas as coisas, e a cada resposta a uma determinada ação, novo cenário se apresenta e, portanto, novos fatores, subfactores e variáveis se explicitam, interagindo entre si e com o meio de forma cíclica e extremamente suscetível a variações. Em Foucault, o *poder potencial* torna-se *poder efetivo* à medida que se ampliam as relações de determinado sistema.

Deste dinamismo advém um traço marcante das relações de *poder* sob a ótica de Foucault: o elevado grau de imprevisibilidade. É um fenómeno complexo, no qual uma rede intrincada de agentes reagem diferentemente a diversos estímulos interativos, desenvolvendo comportamentos incertos e instáveis dentro de uma moldura espaço-temporal específica. Em Foucault, as relações de *poder* dão-se em todas as direções. O estatal, o social, o económico, o político, o militar, o cultural, o ambiental, etc.. Tudo se relaciona, conformando-se numa sequência adaptativa, sem-fim, de forças resultantes.

Importante destacar que, se a imprevisibilidade é total em Foucault, ela é relativa em Arendt e Weber. Se, por um lado, a interação das variáveis para a obtenção do consenso arendtiano ou do conflito/domínio weberiano dá-se de forma incerta e aleatória, por outro, ambos (consenso e conflito/domínio) constituem-se como pressupostos essenciais para o exercício do *poder* nas suas respetivas teorias, imprimindo-lhes um certo grau de previsibilidade.

Por fim, o pensamento de Foucault une-se ao de Arendt na crítica à ação única e suprema do Estado e à rigidez dos limites da burocracia estatal weberiana. Ambos reforçam o quadro atual de exaurimento do modelo consagrado do Estado-Nação, advogando o exercício do *poder* através de espaços de livre-circulação, sob o escopo da flexibilização do conceito tradicional de soberania.

Hoje, fenómenos transnacionais (terrorismo, crime organizado, deslocados e refugiados, meio-ambiente e os *media*) desafiam a noção clássica de fronteiras e apontam para uma multiplicidade de agentes capazes de influenciar de maneira complexa a análise do *poder* dos Estados.

Em Foucault, a “resultante” das relações de *poder* representa, na prática, algo como uma síntese da visão de cada autor discutido. Por exemplo, dependerá da opinião pública de determinada unidade política (ou a nível internacional), uma vez que se fundamenta sob

¹⁰ Em 1905, Einstein publicou o artigo sobre a Teoria da Relatividade Especial, no qual estabeleceu a famosa equação $E = mc^2$, sendo E a energia relativística, M, sua massa e C a velocidade da luz (Einstein, A. e Minkowski, H, 1983. *O Princípio da Relatividade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian).

consensos, constituindo-se num fenómeno coletivo. Isso exclui da conceção de *poder* a posse, pura e simples, de determinada riqueza ou bem, que, isoladamente, em nada coopera ao seu exercício sem a vontade comum da sociedade.

Porém, se, por um lado, a sustentação do *poder* advém do consenso, é facto que, ao menos eventualmente, prevalecerão o conflito e as visões divergentes. Nestes instantes, as capacidades militar e económica, por exemplo, têm o seu valor ressaltado, uma vez que uma das partes conflituantes poderá ceder (ou sujeitar-se) aos interesses do mais “poderoso”, por imposição ou dissuasão.

Sob as lentes dos três autores estudados, a despeito das divergências naturais, fruto de distintas e anacrónicas experiências pessoais, identifica-se um núcleo comum de pensamento, de onde se extraem as seguintes premissas: *poder*, *stricto* ou *lato sensu*, é, indubitavelmente, um fenómeno complexo; o seu pleno exercício implica consubstanciação de vontade e liberdade para agir; é um fenómeno relacional e, por fim, contará sempre com a presença do Estado na sua composição e/ou exercício.

Considerações finais

O *poder* é um dos componentes essenciais à Política. É o catalisador de inúmeras ações e reações, que acaba por moldar cada sistema, interno ou externo, sempre marcado pela imprevisibilidade e o caos. As suas fontes são inúmeras, e a sua conformação, caracterizada pela adaptatividade espontânea, explicita-se como extremamente suscetível às mínimas variações conjunturais.

Trata-se de um conceito difuso, complexo e, muitas vezes, controverso, que, no avançar da História, revestiu-se de diversas matizes. O seu entendimento implica perceber as intrincadas dinâmicas das relações sociais, que acabam por moldar todo o conjunto (de pessoas, Estados, etc.). A sua multiplicidade semântica exige, portanto, mudança de paradigma no sentido de abandonar-se a fidelização a esta ou àquela teoria, procurando-se uma análise mais holística do constructo.

Norteados por este pensamento, bem como pela importância da clarificação do conceito de *poder* à Ciência Política e às Ciências Militares, o presente estudo visou ampliar a discussão sobre o tema, procurando respostas para as seguintes questões: O que é *poder*? Quem o detém? Por que meios é exercido? Para tanto, optou-se pela realização da análise comparativa das ideias de Max Weber, Hanna Arendt e Michel Foucault, tendo por fundamento epistemológico a complexidade.

Em Arendt, o consenso desponta como elemento chave, responsável pela génese da autoridade, fundamental para a efetivação do *poder* e para a sua perenidade através do tempo. Segundo a autora, o espaço público assume um papel de destaque, afirmando-se como o verdadeiro e o único *locus* fundacional do *poder*. O princípio da ação conjunta, dessa forma, supera qualquer vigor individual, e a capacidade de atração de determinado ator supera a de coação.

No polo oposto, Weber reforça o elo entre *poder*, conflito e coação. Aqui, ao contrário do idealismo kantiano de Arendt, o singular prepondera sobre o plural, tendo a racionalização e o cálculo estratégico um papel de destaque para a “salvação” do indivíduo em meio ao ambiente beligerante. A luta inerente à própria natureza dos sistemas (endógenos ou exógenos) é o meio pelo qual o *poder* se manifestará na sua plenitude, importando, acima de tudo, o fortalecimento de capacidades estruturais indispensáveis à imposição da vontade.

Foucault, numa terceira via de pensamento, apresenta uma visão mais abrangente, segundo a qual o *poder* assume um caráter *omnipresente* e dinâmico. Segundo o autor, é um elemento relacional, não existindo *per se*, mas como fruto da interação de múltiplas forças num determinado universo espaço-temporal. Advém do Estado, mas também dos indivíduos. Reside no público, mas reage, similarmente, ao privado. A visão foucaultiana aproxima-se de Weber ao ratificar o conflito e o cálculo racional como elementos comuns das múltiplas relações de *poder*. Por outro lado, considera que a sua fonte transpassa a onipotência estatal, residindo também no processo de síntese da vontade coletiva, como Arendt.

Como resultado das teorias estudadas, tem-se um quadro claro daquilo que parece ser a essência do constructo *poder*, não importando o autor ou a corrente de pensamento. A incerteza advinda do seu cinetismo e a sua não-linearidade causal tornam-no, indubitavelmente, um fenómeno complexo, cujas fontes e consequências estarão sempre em constante mutação autorregulatória. Neste seguimento, conclui-se que a liberdade de ação é um pressuposto básico para o seu exercício, estando para o *poder*, como o oxigénio está para o fogo. Daí, depreende-se outro aspeto fundamental para a compreensão do objeto deste estudo, que é o seu viés relacional, segundo o qual, o *poder* explicita-se a partir da existência de dois ou mais atores, interagindo sob um amplo espectro de variáveis intervenientes. Por fim, para todos os autores, o Estado será sempre o elemento presente, ora representando um papel indispensável, ora um subsidiário.

Ao vislumbrar-se as evoluções do cenário político do presente século, identifica-se um quadro de elevada complexidade, no qual questões antigas e tradicionais alinham-se com novas perspectivas e conjunturas. Estratégias, políticos e militares, surpreendem-se em face das ações Russas na Ucrânia e na Síria, assim como acompanham com apreensão o impacto do fenómeno de refugiados e dos deslocados por todo o globo, e, da mesma forma, a ampliação e a exacerbação das questões étnicas-religiosas no cenário mundial, a ameaça terrorista crescente, os crimes transnacionais e as questões ambientais que reforçam a incerteza e a insegurança do presente e das conjunturas vindouras.

A perceção – nacional e internacional – de tal quadro, requer uma maior sensibilidade da academia e dos “agentes do Estado”, voltada para a reavaliação dos aspetos que, no presente, melhor representam a composição do *poder*. Para tanto, compreendê-lo segundo uma visão ampla e livre das amarras impostas pela fidelização teórico-conceitual, torna-se vital para melhor entender o presente e vislumbrar o futuro de forma menos incerta.

Referências bibliográficas

- Arendt, H., 1963. *Eichmann in Jerusalem*. New York and London: Penguin.
- Arendt, H., 1970. *On violence*. New York: Houghton Mifflin Harcourt.
- Arendt, H., 1981. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-universitária.
- Arendt, H., 1990. *Origens do totalitarismo*. Traduzido do alemão por R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H., 2001. *Poder e violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Arendt, H., 2002. "O que é autoridade?" In: H. Arendt, 2002. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva. pp. 127-187.
- Arendt, H., 2006. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Arendt, H., Kohn, J., 2008. *La promesa de la política*. Barcelona: Paidós Iberica Ediciones.
- Bachelard, G., 1973. *Epistemologia*. Barcelona: Anagrama.
- Bachelard, G., 2005. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Traduzido do francês por Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bachrach, P. e Baratz, M., 1962. Two Faces of Power. *American political science review*, 56 (4), pp. 947-952
- Bachrach, P. e Baratz, M., 1963. Decisions and nondecisions: An analytical framework. *American political science review*, setembro, 57 (3), pp. 632-642
- Blanchard, J., 2011. *Eminence: Cardinal Richelieu and the rise of France*. London: Walker Books.
- Bobbio, N., 1986. *Dicionário de Política*. Tradução do italiano por C. C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Bousquet, A., 2008. Chaoplexific warfare or the future of military organization. *International Affairs*, 3 october, 4 (5), pp. 915-929.
- Calvino, I., 2007. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Creswell, J., 2013. *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Los Angeles: Sage publications.
- Dahl, R., 1957. The concept of Power. *Behavioral Science*, julho, 2 (3), pp.201-215.
- Einstein, A. e Minkowski, H., 1983. *O Princípio da Relatividade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Erickson, K., 1976. *Everything in Its Path*. New York: Simon and Schuster.
- Ferreira, S. e Migon, E., 2015. A Estratégia de uma Guerra Esquecida: fundamentos estratégicos aplicados à questão do Saara Ocidental. *Política Hoje*, 24 (2), pp. 193-217.
- Foucault, M., 1980. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. New York: Pantheon Books.
- Foucault, M., 1982. The subject and power. *Critical inquiry*, summer, 8 (4), pp. 777-795.

- Foucault, M., 1998. *The History of Sexuality*. London: Penguin Books.
- Foucault, M., 2003. *Society Must Be Defended: Lectures at the Collège de France, 1975-1976*. New York: Picador.
- Foucault, M., 2010. *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. London and New York: Palgrave Macmillan.
- Foucault, M., 2013. *Microfísica do poder*. 27.^a ed. Traduzido do francês e organizado por R. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Guba, E., 1990. *The paradigm dialog*. Newbury Park, London and New Delhi: Sage Publications.
- Heidegger, M., 2007. *A origem da obra de arte*. Traduzido do alemão por M. da C. Costa, revisado por A. Morão. Lisboa: Edições 70.
- Hobbes, T., 1974. *Leviatã*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Holland, J.H., 1992. *Adaptation in Natural and Artificial Systems: an introductory analysis with applications to biology, control, and artificial intelligence*. Cambridge: MIT press.
- Kant, I., 1997. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Keegan, J., 1976. *The Face of Battle: A Study of Agincourt, Waterloo, and the Somme*. New York: Viking.
- Kim, H. M., 2010. Comparing measures of national power. *International Political Science Review*, 31 (4), pp. 405-427.
- Kissinger, H., 1994. *Diplomacy*. New York: Touchstone.
- Kuhn, T., 1970. *The structure of scientific revolutions*. Chicago and London: University of Chicago press.
- Lafer, C., 2002. "Prefácio Sobre Violência". In: H. Arendt, 2002. *Poder e Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dará.
- Migon, E., 2013. Segurança, Defesa e as Relações Cívico-Militares: (re)leituras em apoio à construção de uma nova agenda brasileira. *Revista de Ciências Militares*, v. 1, n. 1, pp. 101-121.
- Quezada, M., 1997. *Notas prácticas para la investigación en la comunicación*. Santiago: Universidad Diego Portales.
- Prigogine, I. e Stengers, I., 1997. *The end of certainty*. New York: Simon and Schuster.
- Waldrop, M., 1993. *Complexity: The emerging science at the edge of order and chaos*. New York: Simon and Schuster.
- Weber, M., 1978. *Economy and society: An outline of interpretive sociology*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- Weber, M., 1979. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Weber, M., 1983. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.